



FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS E DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS

VOCATIONAL TRAINING IN SOCIAL SERVICE: FOUNDATIONS AND
ETHICAL AND POLITICAL CHALLENGES

Amanda Guazzelli¹
Ana Livia Adriano²

RESUMO

Esse artigo objetiva discutir a formação profissional em Serviço Social na atualidade tomando as Diretrizes Curriculares como uma expressão privilegiada do projeto ético-político que se coloca, desde suas origens sócio-históricas na sociedade brasileira, como projeto de ruptura com o conservadorismo. Para tanto, ao situar e reafirmar os fundamentos e pressupostos fundamentais das Diretrizes Curriculares, o faz sintonizando-os com as condições contemporâneas da formação profissional, buscando especialmente problematizar e apanhar alguns dos traços mais significativos do conservadorismo na sociedade brasileira e seus possíveis consequentes sinais no âmbito do processo formativo, de modo a contribuir com o debate acerca dos fundamentos ético-políticos constitutivos de tal processo no tempo presente. Assim, busca evidenciar algumas das tendências e tensões teóricas e ético-políticas que podem ser identificadas na formação profissional e que exprimem simultaneamente a afirmação e negação do projeto ético-político nesse espaço, cuja defesa supõe uma crítica imperiosa às formas de reatualização do conservadorismo.

Palavras-chave: Diretrizes Curriculares. Formação Profissional. Conservadorismo contemporâneo. Projeto Ético-Político.

1 Assistente social. Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

2 Professora da Universidade Federal Fluminense (Niterói).

ABSTRACT

This article aims to discuss vocational training in social work at present taking the Curriculum Guidelines as a privileged expression of the ethical-political project that arises from its socio-historical origins in Brazilian society as a rupture with conservatism. Therefore, the place and reaffirm the fundamentals and basic assumptions of the Curriculum Guidelines, makes tuning into them with contemporary conditions of vocational training, seeking especially to question and take some of the most significant features of conservatism in Brazilian society and its possible consequential signs in part of the training process in order to contribute to the debate about the ethical-political foundations constituent of this process at the present time. Thus seeks to show some of the trends and theoretical and ethical-political tensions that can be identified in vocational training and simultaneously express the affirmation and negation of the ethical-political project in this space, whose defense assumes a compelling critique of the forms of conservatism reactualization.

Keywords: Curriculum Guidelines. Professional Training. Conservatism contemporary. Ethical-Political Project.

Introdução

As reflexões que constam a seguir constituem, sobretudo, aproximações e problematizações acerca da formação profissional em Serviço Social, buscando muito mais contribuir com o debate nela implicado – via destaque de alguns elementos que consideramos candentes no processo formativo hoje – do que aprofundar qualquer um desses elementos, devido sua concreta complexidade e a natureza deste artigo.

Analisando as elaborações teóricas e políticas que o Serviço Social construiu nas últimas três décadas, certamente localizamos o projeto ético-político como marco principal desse processo de construção coletiva da categoria profissional, no qual implicou maturação teórica e lucidez política para resistir a tempos bárbaros, de fermentação do senso comum³ – na acepção gramsciana do termo –, de abordagens ultrageneralizantes da vida social e do recrudescimento

3 “Cabe à filosofia estabelecer-se como atividade de formação da consciência política dos homens e de sua condição de sujeitos históricos, através do trânsito do senso comum para o bom senso, isto é, de uma concepção de mundo difusa e desagregada para uma elaboração coerente e sistemática capaz de refletir sobre ‘o produto imediato da sensação bruta’ – o senso comum. Essa tarefa só a filosofia da práxis pode realizar, pelo seu caráter de filosofia de massa, que ‘não busca manter os simples’ na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior” (GRAMSCI, 2004, p. 103).

das formas de pensar e agir autoritários e conservadores. Tais determinantes, ao mesmo tempo em que desafiam os trabalhadores na construção de resistências e afirmação de lutas históricas validam o protagonismo político e cultural que essa classe tem na construção de projetos de sociedade alternativos ao do capital.

Compreender as determinações e intencionalidades que atravessam as lutas dos trabalhadores é condição necessária para desvelar o significado que o Serviço Social assume na construção destas mediante a análise crítica e radical da sociabilidade burguesa, a defesa intransigente de valores e posturas vinculadas a perspectivas emancipatórias e na afirmação de um projeto de sociedade livre das agruras do capital. É nessa intersecção entre aspirações dos trabalhadores e da categoria profissional que se desenha a arena para férteis reflexões acerca da formação profissional em Serviço Social.

Assim, tomamos como premissa norteadora desse exercício reflexivo, as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) como componente privilegiado do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro e que, considerando as condições objetivas particulares nas quais se efetiva a formação profissional hoje, pode consistir numa forma decisiva à viabilização prática do projeto profissional que, desde suas origens sócio-históricas assume como objeto central de crítica e ruptura o conservadorismo, hoje, reatualizado no conjunto da vida social e de múltiplas maneiras.

Nesse sentido, tendo em vista que a formação e o trabalho profissional encontram no real e, portanto, na história a ele imanente, a base de sua justificativa e fundamentação, privilegiamos a abordagem do conservadorismo aqui considerado como componente constitutivo da sociedade e sociabilidade capitalista e expresso num duplo ângulo que remonta às suas origens históricas nessa formação social: o dos valores conservadores e o das lutas de classes que impelem o conservadorismo, tanto na direção da preservação das relações sociais capitalistas, quanto no horizonte de sua superação.

Desse modo, refletimos num primeiro momento sobre as Diretrizes Curriculares situando-a no interior do projeto ético-político, o que supõe a consideração dos elementos determinantes de sua construção na sociedade brasileira; em seguida, buscamos nos aproximar do debate acerca dos fundamentos ético-políticos da/na formação

profissional hoje, privilegiando o tratamento do conservadorismo e as exigências à sua reatualização; finalmente, lançamos algumas sugestões e indagações que podem contribuir para pensarmos os desafios ético-políticos postos à formação profissional hoje.

1 Projeto ético-político e formação profissional: significado e fundamentos das diretrizes curriculares

Ao entendermos que a profissão participa do movimento de produção e reprodução da vida social é necessário destacar que as suas lutas e os seus desafios, apesar de se configurarem como de uma classe, assumem particularidades no âmbito profissional. Logo, quando pensamos no projeto profissional que o Serviço Social vem construindo sempre o demarcamos como um projeto detentor de hegemonia e sob essa compreensão é necessário a clareza de que a dimensão hegemônica do projeto ético-político não se desvincula da análise das forças sociais que o tensionam e afirmam – uma vez que as bases que o legitimam são também os elementos que o ameaçam –; das elaborações políticas que os trabalhadores forjam no tempo presente e da radicalidade ético-política que configuram um projeto contrário à hegemonia burguesa. Isto é, a dimensão hegemônica do projeto profissional pressupõe duas diretrizes: a primeira versa sobre a compreensão de que toda hegemonia é sempre um processo de luta e tem na política e na cultura o seu terreno privilegiado; e, a segunda, a de que não existe uma hegemonia profissional descolada do avanço dos projetos hegemônicos em disputa na sociedade, marcadamente aqueles que transitam pelos argumentos da “dominação estrutural do capital” (MÉSZÁROS, 2004) e os que afirmam a proposta socialista como horizonte de luta e o marxismo como fundamento, modo de apreender, negar e superar o real.

Considerando que a Diretrizes Curriculares constituem uma expressão privilegiada do projeto ético-político e que a análise deste (e de suas expressões) implica considerar as contradições das relações sociais – na processualidade das formas de ser e existir das classes – localizamos o debate dos fundamentos e desafios da formação profissional em Serviço Social em dois movimentos indissociáveis: as configurações históricas que reclamam sua existência e validação e o significado atribuído às Diretrizes Curriculares, em seus instrumentos e estratégias de defesa de uma formação profissional crítica e perpas-

sada por uma perspectiva de totalidade.

Enquanto um projeto coletivo, o projeto de profissão deve, necessariamente, apontar para um projeto de sociedade (PAULO NETTO, 2009) e sinalizar para a compreensão de que as ideologias e opções teóricas e políticas nele implícitas são choques hegemônicos, manifestações dos projetos em disputa na vida social. Assim, recorrendo a algumas determinações que possibilitaram a construção desse projeto coletivo, veremos que o projeto profissional apresenta-se quase como corolário do processo de organicidade que a classe trabalhadora engendrou – em seus avanços e recuos –, nas últimas três décadas do século passado, para eliminação das tramas coercitivas da autocracia burguesa, a instauração de uma referencialidade de marcos políticos e legais garantidores da democracia⁴.

No entanto, a conquista tardia de referências democráticas – ainda que localizada nos limites da sociedade burguesa – colide com a organização econômica, política e cultural da ideologia neoliberal, apresentando elementos coibidores das determinações conjunturais que contribuíram para a consolidação do projeto profissional. O neoliberalismo, enquanto principal recurso político e ideológico da organização contemporânea do capital associado às elaborações da pós-modernidade esboça-se como ameaças a esse projeto profissional e ao horizonte do projeto societário. O *imperialismo global hegemônico* que marca a contemporaneidade – decorrente do pós-2ª Guerra Mundial⁵ e da crise estrutural por ela instaurada – busca o controle e domínio sobre o resto do mundo capitalista, à medida que os EUA assumem as heranças *da velha hegemonia imperial*⁶, investem econômi-

4 “Nas condições brasileiras de então, as requisições contra a exploração imperialista e latifundiária acrescida das reivindicações de participação cívico-política ampliada, apontavam para uma ampla reestruturação do padrão de desenvolvimento econômico e uma profunda democratização da sociedade e do Estado; se, imediatamente, suas resultantes não checavam a ordem capitalista, elas punham a possibilidade concreta das lutas sociais alçar-se a um patamar tal que, por força da nova dinâmica econômico-social e política desencadeada, um novo bloco de forças político-sociais poderia engendrar-se e soldar-se, assumindo e redimensionando o Estado na construção de uma *nova hegemonia* e na implantação de políticas democráticas e populares nos planos econômico e social.” (PAULO NETTO, 1998, p. 23).

5 “A segunda guerra mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar.” (HOBBSAWM, 2002, p. 226).

6 O termo Imperialismo é entendido sob a perspectiva de Lênin, o qual destaca no debate do imperialismo cinco traços fundamentais: “1. a concentração da produção

ca, política e militarmente no Terceiro Mundo, estabelecem Estados funcionais e receptivos ao desenvolvimento desmedido do capital e cria bases para elaborações teóricas fragmentadas, inconsistentes e acríticas.

O movimento atual da sociedade burguesa desponta como uma reivindicação necessária aos irracionalismos e à reatualização do conservadorismo. A denominada pós-modernidade apresenta-se, assim, como um novo tipo de hegemonia ideológica sob o capital globalizado,

[...] fundada nas teorias do fragmentário, do efêmero, do descontínuo, que fortalecem a alienação e a reificação do presente, fazendo-nos perder de vista os nexos ontológicos que compõe a realidade social e distancian-do-nos cada vez mais da compreensão totalizante da vida social. (SIMIONATTO, 1999, p. 86).

Assim, os novos padrões de produção associado aos índices de desemprego, ao agravamento da *questão social*⁷, a perda de direitos sociais e a tendência globalizante *do potencial destrutivo* do capital exige dos trabalhadores capacidade de respostas contundentes à fase potencialmente fatal do Imperialismo.⁸ (MÉSZÁROS, 2004, p. 33)

e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios [...]; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.” (LENIN, 2008, p. 90).

7 Sobre ela, importante registrar que seus fundamentos podem assim ser compreendidos: “A lei da acumulação expressa-se, na órbita capitalista, às avessas: no fato de que parcela da população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de seu emprego para os fins de valorização do capital [...]. Gera, assim, *uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/ reprodução da questão social na sociedade capitalista.*” (IAMAMOTO, 2001, p. 15-16, grifos da autora).

8 Seguindo o percurso analítico de Mézáros (2004, p. 72) pode-se elencar três fases distintas do imperialismo no lastro da modernidade: 1º) marcado pela colonização de alguns países europeus; *moderno construtor de impérios*; 2º) de caráter “*redistributivista*”, chamado por Lênin de “*estágio supremo do capitalismo*” num período em que envolvia os antagonismos da formação de empresas em direção aos monopólios e uma classe que detinha antigas riquezas e formas de produção; e 3º) o *Imperialismo global hegemônico, em que os “Estados Unidos são a força dominante.”*

A necessidade de tais respostas evidencia-se quando compreendemos que o capital como *contradição viva* supõe em si um elemento de negação e que a hegemonia da classe dominante nunca é completa e os seus efeitos são sempre contraditórios – isto é, quanto mais uma classe é autenticamente hegemônica, “[...] mais ela deixa às classes adversárias a possibilidade de se organizarem e de constituírem em força política autônoma.” (BUCCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 81).

No conjunto das respostas à precarização da vida e à criminalização das lutas sociais, encontram-se os sujeitos, os espaços e as organizações políticas que resistem em diversas trincheiras às adversidades histórico-conjunturais. Na particularidade da sociedade brasileira, fortemente marcada pelo colonialismo e pelas exigências da empreitada modernizadora impostas pelo capital externo, a burguesia brasileira não introduz em seu ideário orientações de cidadania e de democracia, pensada sob a extensão de direitos sociais. O trânsito da “democracia oligárquica” à democracia do grande capital, sem mediações históricas consequentes, produziu uma “democracia restrita” (FERNANDES, 1975), em que o Estado se torna, exclusivamente, um aparelho de hegemonia da classe dominante utilizando-se da violência, da cooptação de interesses e de um discurso moralista, harmonizador, reproduzindo a condição subalterna dos sujeitos que convivem com as expressões mais aviltantes da barbárie. Assim, múltiplos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos vêm acumulando experiências e fundamentos nas lutas anticapitalistas, tendo como uma das mediações a defesa da democracia e a efetivação dos direitos assegurados nos marcos legais, desde as últimas décadas do século XX.

No que tange à defesa do direito à educação, os trabalhadores brasileiros vêm historicamente construindo vetores ideopolíticos e programáticos para assegurar uma educação pública, de qualidade, socialmente referenciada em valores emancipatórios. Para tanto, docentes, discentes e forças sociais realizam greve, ocupam escolas e denunciam veementemente a lógica privatista e mercantil que assola a educação básica e superior. Na universidade pública, a massificação das vagas sem garantia de qualidade, as manobras para precarizar o ensino, elitizar a pesquisa e mercadorizar a extensão, o recrudescimento das práticas autoritárias, a privatização dos hospitais universi-

tários, a difusão da lógica competitiva e a intolerância ao pensamento crítico coloca desafios à formação profissional da/o assistente social.

Na esfera privada, a expansão dos oligopólios da educação produz um endividamento da classe trabalhadora, a exploração desmedida do trabalho docente, a dificuldade na realização de pesquisa e extensão e a precarização dos vínculos e condições de trabalho. Profissionais competentes e qualificados resistem, por vezes, a esse perverso processo de precarização da educação superior e sucumbem ao adoecimento, à venda da força de trabalho em mais de uma instituição de ensino, ao pouco tempo para estudos, reflexões e acesso à riqueza cultural e as múltiplas exigências de ensino e gestão.

Assim, as Diretrizes Curriculares expressam o fôlego e a ousadia ética e política que essa profissão possui oxigenada nas lutas dos trabalhadores. A defesa de uma proposta de formação profissional que tem o trabalho e a *questão social* como eixos principais e a afirmação de princípios como o rigoroso trato teórico-metodológico da profissão e da sociedade que o forma e conforma; a interdisciplinaridade; a indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão; o pluralismo e a transversalidade da ética e da pesquisa na formação, mediante “[...] a adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social” (ABESS, CEDEPESS, 1996, p. 160), é expressão de uma profissão que acumulou legitimidades teóricas e práticas para resistir aos ditames do capitalismo contemporâneo e, nesse mesmo movimento, contribuir para a luta dos trabalhadores, adensando a sua qualificação ético-política.

Assim, o mesmo movimento que reivindica a necessidade das Diretrizes Curriculares como uma das respostas às imposições do capital à política de educação e à formação profissional da/o assistente social, é também o mesmo movimento que desafia as entidades e os sujeitos da categoria profissional a inventar e reinventar, articulados às lutas mais amplas dos trabalhadores, estratégias e táticas para a sua validação. E sob essa perspectiva atestamos o protagonismo dos intelectuais, das entidades político-representativas e dos demais sujeitos dessa profissão, no que concerne às produções e reflexões – acerca dos fundamentos da teoria social de Marx, da complexa formação da sociedade brasileira, das lutas sociais, da relação Estado e sociedade, das políticas sociais e do diálogo desses com o Serviço Social –, ao que se acresce a participação do Serviço Social nas lutas por uma educação pública e de qualidade e das estratégias de qualifi-

cação da formação e do trabalho profissional – a Política Nacional de Estágio, os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS, as resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

Desse modo, apontamos três premissas articuladoras dos fundamentos das diretrizes curriculares. A primeira, diz respeito, ao significado social da profissão, isto é, enquanto profissão inserida nas relações sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005), partícipe do trabalho coletivo e com organicidade sociopolítica, o Serviço Social dialoga proficuamente com os projetos das classes sociais e assume os matices contraditórios que a condição de assalariamento instaura na medida em que, por essa condição, explicam-se os limites da ação profissional, mas também instauram-se as possibilidades para a defesa do projeto ético-político. A segunda refere-se aos fundamentos sócio históricos que consubstanciam o Serviço Social. Tendo a *questão social*, em suas expressões e formas de enfrentamento, o elemento justificador de sua legitimidade profissional, o Serviço Social dialoga com os componentes formadores da própria *questão social* – a desigualdade e a rebeldia –, bem como com os projetos das classes sociais em disputa, podendo fortalecer um ou outro projeto “pela mediação de seu oposto” (IAMAMOTO, CARVALHO, 2005, p. 75). Através desse diálogo estabelecem-se as bases para a construção de uma hegemonia profissional atrelada, necessariamente, à defesa de um determinado projeto hegemônico. E, a terceira, privilegia a dimensão organizativa que essa profissão possui, na medida em que considera o assistente social um *intelectual*, que desempenha funções de organizador, articulador, coordenador e criador “[...] de condições favoráveis à organização da própria classe a que se encontra vinculados” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p.87) ou da reprodução política e ideológica da hegemonia burguesa. Nesse contexto, uma formação profissional que articule as dimensões éticas, teóricas, políticas e interventivas possibilitará aos discentes, docentes e supervisores de campo conhecer os labirintos da história, suas potencialidades e vicissitudes, na perspectiva de que

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no campo da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria consciência do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual te-

oria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um dado mecânico, mas um devir histórico, que tem sua fase elementar e primitiva no sentimento de 'distinção', de 'separação', de dependência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. (GRAMSCI, 2004, p. 103).

2 Aproximações aos fundamentos ético-políticos contemporâneos da/na formação profissional: afirmação e negação do conservadorismo

Considerando o anteriormente apontado, a compreensão de que o Serviço Social encontra sua justificativa sócio-histórica na *questão social* como fenômeno exclusivo e inerente às relações sociais de produção capitalistas e, portanto, nas particularidades históricas através das quais se objetiva o processo de produção e reprodução do ser social tipicamente capitalista, tem nos ensinado que uma adequada apreensão dos fundamentos dessa profissão somente pode se dar quando colada aos processos históricos que atualizam sua continuidade no seio das relações sociais que lhe conferem legitimidade.

Assim, a tarefa de refletir sobre os fundamentos da formação profissional exige necessariamente um cuidadoso conhecimento acerca dos processos sociais em curso na sociedade brasileira de hoje, o que, nos limites deste texto, fazemos de modo a privilegiar tão somente uma aproximação inicial a um dos elementos que ao ser imanente a tais processos parece exprimir uma imanência anterior: o conservadorismo como pensamento e orientador de modos de ser é de fato produto inerente à sociedade capitalista desde sua gestação – que reclama reação conservadora por parte de seus opositores iniciais – à sua consolidação, passando a marcar o conjunto das lutas de classe, resguardadas as particularidades de tempo e espaço, dessa formação social.

Certamente a abordagem do conservadorismo, aqui especialmente do ponto de vista de algumas das expressões que sinalizam sua concreta reatualização hoje e seus rebatimentos na formação profissional parte de duas necessárias considerações: o conservadorismo como marca fundamental do Serviço Social brasileiro e que persiste, diferentemente, ao longo de seu desenvolvimento; o projeto ético-político do Serviço Social que, configurado e amadurecido

nos anos 1980 e 1990, encontra suas bases nos processos históricos desencadeados a partir dos anos 1960 e toma como objeto central a crítica e a intenção de ruptura com o conservadorismo desde então. Mas, o que explica aquela marca e persistência, assim como a possibilidade histórica do projeto ético-político e seu amadurecimento são precisamente as condições sócio-históricas presentes na sociedade brasileira que ora facilitam, ora refreiam a sobrevivência ético-política do conservadorismo em suas relações⁹. Ainda que contenha explícita obviedade, vale resumir: quanto maior o conservadorismo na vida social, maiores as chances de que se expresse na profissão. Portanto, em tempos conservadores como o tempo presente nos colocamos diante de grandes chances de sua reatualização no Serviço Social, o que indubitavelmente impele a renovação do compromisso prático com o projeto ético-político. Daqui salta a indagação central que norteia as reflexões aqui esboçadas: quais têm sido predominantemente algumas das expressões concretas do conservadorismo na sociedade brasileira hoje e que possuem maiores chances de se manifestarem especialmente na formação profissional?

Como já assinalamos, ainda que aqui façamos tão somente aproximações a esse importante exercício reflexivo, não podemos deixar de apontar alguns dos pressupostos históricos do conservadorismo e que contribuem para a elucidação de seu significado social, cujo arranjo particulariza-se em face das distintas necessidades sociais as quais responde no interior da sociedade capitalista de um dado tempo e espaço. Ou seja, – e essa anotação é de grande importância – o conservadorismo detém significados sociais e componentes que se alteram diante de necessidades sociais que brotam de relações e condições sociais próprias de uma temporalidade burguesa e que determinam, elas mesmas, tais significados e componentes, de modo a reatualizá-lo. Dessa forma, se a (aqui rápida!) referência aos pressupostos históricos básicos que impulsionaram a emergência do conservadorismo no próprio processo de emergência e posterior consolidação do capitalismo são claramente insuficientes para a compreensão de sua reatualização no decurso da história, e portanto, na contemporaneidade, ela é necessária porque explícita duplamente:

9 Entre outros elementos, a mencionada sobrevivência que pode tanto ser facilitada quanto refreada pelas/nas relações sociais e os embates e confrontos nelas contraídos escancara que o conservadorismo é componente de natureza política da vida social, mas também ética. Essa anotação é de especial importância justamente porque especifica a natureza dos fundamentos contemporâneos da formação profissional aqui problematizados – são precisamente os fundamentos ético-políticos.

algumas de suas características persistentes, ainda que reatualizadas; sua vinculação ontológica com a sociedade capitalista tomada em seus fundamentos – marcadamente sintetizados na já referida *questão social* – e, conseqüentemente, nas lutas de classe daí derivadas. Façamos então essa referência.

É dos processos sociais que emprestam a base para a configuração da sociedade capitalista que emerge o conservadorismo, primeiramente como resposta dos opositores – mais explicitamente, opositores esses vinculados à tentativa de sobrevivência de traços das relações sociais feudais – que reagem às conquistas e especificamente à cultura produzida no bojo da mencionada configuração. Aqueles processos sociais definem-se de fato como processos revolucionários que apontam para a superação da ordem feudal e para a construção de uma nova sociedade e sociabilidade em que o ser social foi capaz de produzir conquistas fantásticas, cuja essencialidade, em termos da cultura – nomeadamente moderna –, encontra-se consubstanciada na razão dialética, no humanismo e na história¹⁰ como expressões das possibilidades civilizatórias e emancipatórias postas pela sociedade burguesa quando de sua configuração inicial. É justamente em face de tais possibilidades, que sintetizam nesse momento a potencialidade do desenvolvimento do ser social rumo à afirmação positiva de sua liberdade, consciência e universalidade – cuja socialidade é também

10 A referência aqui é claramente as ricas, densas e instigantes análises de Coutinho acerca da chamada “tradição progressista” – que, segundo periodização do mesmo Coutinho vai dos renascentistas até Hegel – própria do processo revolucionário burguês. Ainda que façamos somente lembrar essas análises nesse espaço, acreditamos, pela própria lembrança, que a seguinte citação é por demais esclarecedora do ponto em questão: “E é precisamente em Hegel – ponto terminal e culminação dessa trajetória ascendente – que podemos indicar, em toda a sua riqueza de determinações, as categorias essenciais daquilo que chamamos de tradição progressista, categorias que constituem o legado imperecível dessa grande época da humanidade para o conhecimento do real. O mérito essencial de Hegel reside nessa sua capacidade de sintetizar e elevar a um nível superior todos os momentos progressistas do pensamento burguês revolucionário. Podemos resumi-los, esquematicamente, em três núcleos: o *humanista*, a teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva; o *historicismo concreto*, ou seja, a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a conseqüente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; e, finalmente, a *razão dialética*, em seu duplo aspecto, isto é, o de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta sob a forma da unidade dos contrários), e aquele das categorias capazes de apreender subjetivamente essa realidade objetiva, categorias estas que englobam, superando, as provenientes do ‘saber imediato’ (intuição) e do ‘entendimento’ (intelecto analítico).” (COUTINHO, 2010, p. 27-28, grifos do autor).

aqui enriquecida sem precedentes históricos –, que o conservadorismo emerge, pois, como clara reação a tais conquistas e acúmulos. Como toda reação, ele supõe a afirmação de certos conteúdos que lhe servem de referência a ser defendida diante da modernidade implicada na referida cultura a ser por ele combatida. Esses conteúdos são nitidamente conciliados com modos de ser, de se comportar e pensar compatíveis com as relações sociais feudais assentadas na hierarquia, na autoridade, na ordem e na disciplina¹¹ que nesse contexto contribuem para a preservação de tais relações, funcionando como valores¹² orientadores de ações e modos de ser. Portanto, as formas de combate à cultura moderna produzida no seio do processo revolucionário burguês acionam, entre seus recursos, a defesa desses valores na medida em que se opõem cristalinamente às transformações operadas nesse momento histórico – transformações essas que, progressistas que são, questionam aqueles modos de ser orientados pelos valores em questão. Assim,

[...] o que esta cultura contribui para destruir é a *autoridade fundada na tradição, o poder legitimado pela religião institucional (Igreja), a desigualdade jurídica dos homens, a administração personalizada da justiça, a lei assentada na moralidade e a subordinação do indivíduo à sociedade.*

11 Em seus exames sobre o conservadorismo e os objetos de sua resistência, Nisbet destaca: “Sem hierarquia na sociedade, não pode haver estabilidade. Classes sociais na sociedade mais ampla tem a mesma função que tem a hierarquia numa instituição, que tem o *status* desigual de pai e filho numa família.” (NISBET, 1981, p. 70).

12 Nos limites dos propósitos deste texto, não podemos desenvolver adequadamente a explicitação de algumas noções. Vale, porém, registrar que os valores, independentemente de sua natureza qualitativa – econômica, ética, estética, entre outros – são produtos objetivos das relações estabelecidas entre os homens e respondem a determinadas necessidades sociais. Em suas exemplares reflexões acerca do valor, Heller destaca: “[...] que entendemos por valor? Tudo aquilo que faz parte do ser genérico do homem e contribui, direta ou indiretamente, para a explicação desse ser genérico. Aceitamos a concepção do jovem Marx – que se mantém também no período da maturidade – tal como foi expressa pela rica análise de György Márkus. Segundo essa análise, as componentes da essência humana são, para Marx, o trabalho (a objetivação), a socialidade, a universalidade, a consciência e a liberdade. A essência humana, portanto, não é o que ‘esteve sempre presente’ na humanidade [...], mas a realização gradual e contínua das *possibilidades* imanentes à humanidade [...]. Pode-se considerar valor tudo aquilo que, em qualquer das esferas e em relação com a situação de cada momento, contribua para o enriquecimento daquelas componentes essenciais; e pode-se considerar desvalor tudo o que direta ou indiretamente rebaixe ou inverta o nível alcançado no desenvolvimento de uma determinada componente social. O valor, portanto, é uma categoria ontológico-social; como tal, é algo objetivo [...]” (HELLER, 2000, p. 4-5, grifos da autora).

(ESCORSIM NETTO, 2011, p 60, grifos da autora).

A relevância deste rápido registro se justifica pela própria relevância que os embates desse primeiro momento do conservadorismo trazem consigo, ou seja, a reafirmação da autoridade, da hierarquia, da ordem e disciplina como valores a serem preservados, transmitidos e objetivados na vida social, notadamente no seio das instituições e da família. Quando do contexto da consolidação da sociedade capitalista (a partir de 1830) e da correspondente indicação dos limites e esgotamento de suas potencialidades e possibilidades emancipatórias, o conservadorismo encarnado nos opositores da cultura progressista burguesa passa agora a encarnar a própria burguesia como classe que tendo desencadeado e realizado um processo revolucionário, coloca-se como classe que dirige e busca preservar um modo de produção em que a produção da riqueza social apenas se viabiliza se, simultaneamente, produzir também pobreza generalizada – em outras palavras, a (re)produção da humanidade fica agora hipotecada à (re)produção da desumanidade¹³. Nesse sentido, o recurso ao conservadorismo – nesse contexto em que talvez possamos compreendê-lo em seu segundo momento – por parte da burguesia coloca-se agora como resposta fundamental às necessidades sociais postas a partir de 1830 e especialmente no pós-1848: refrear toda e qualquer possibilidade revolucionária; daí poder definir-se como contrarrevolucionário (ESCORSIM NETTO, 2011).

Precisamente aqui, podemos voltar ao que linhas atrás assinalamos acerca das lições que os pressupostos históricos em que o conservadorismo emerge nos oferecem: a reafirmação da ordem, hierarquia, autoridade e disciplina como valores conservadores que, a depender das condições histórico-sociais particularizadas no próprio interior da sociedade capitalista, ganham maior ou menor evidência em face de determinadas necessidades sociais as quais aqueles valores buscam responder; o lugar que o conservadorismo ocupa nas relações sociais capitalistas, sobretudo nas suas consequentes lutas de classe. Ainda que a função por ele desempenhada no conjunto dessas lutas se altere – resguardadas as particularidades histórico-sociais de

¹³ Relembrando aqui a citação do rodapé anterior, cabe destacar, portanto que as relações sociais capitalistas produzem necessidades e condições sociais que comportam, ao mesmo tempo, a produção de valores e desvalores, ou de valores positivos e negativos, tomando como medida aquelas componentes essenciais liberadas pelo trabalho como processo entre o homem e natureza e destacadas pela filósofa húngara. Sobre isso consultar as fecundas formulações de Barroco (2008).

tempo e espaço da sociedade e sociabilidade burguesa –, do ponto de vista das condições estruturais do modo de produção capitalista, o fundamento histórico que parece lhe conferir legitimidade, determinando-o como componente ontológico de tal modo de produção, permanece desde então e até o tempo presente: a *questão social* parece necessariamente suportar o conservadorismo no seio das lutas a ela inerentes, quer seja na direção de sua preservação, quer seja no horizonte de sua superação, o que supõe a crítica objetiva ao conservadorismo. Da mesma forma, os mencionados valores conservadores reatualizam-se na sociabilidade burguesa, a exemplo de suas expressões contemporâneas na sociedade brasileira em que uma parcela vem apelando, por exemplo, à ordem diante dos confrontos e embates tomados como “baderna”.¹⁴

No entanto, nesse ponto é pressuposto obrigatório à compreensão do conservadorismo contemporâneo a sua localização nas condições particulares do tempo presente que justificam a sua reatualização sob as mais distintas formas e no conjunto dos espaços da vida social. Muito embora, já tenhamos demarcado no tópico anterior a esse, vale reafirmar que é parte determinante de tais condições o neoliberalismo como “[...] reação teórica e política ao modelo de desenvolvimento centrado na intervenção do Estado [...]” (TEIXEIRA, 1996, p. 195) e que, busca reconfigurar as bases necessárias à valorização capitalista de modo a garanti-la, contribuindo decisivamente para a efetivação de transformações profundas no processo de produção e reprodução social a partir dos anos 1970, realizando-se distintamente nas diferentes sociedades nacionais. Conforme os exames de Arantes:

[...] durante as três décadas de crescimento e pleno emprego cuja moldura jurídica estava lastreada pelas instituições de uma sociedade salarial, havia governo exatamente para corrigir as brutais disfunções do mercado; no momento neoliberal que madrugava, o governo passava a existir justamente pela razão inversa, para que houvesse uma sociedade de mercado [...].¹⁵ (ARANTES,

14 Referimo-nos aqui aos acontecimentos de 2013. Em interessante análise documental acerca das manifestações do conservadorismo na contemporaneidade, Barroco destaca que: “O avanço do neoconservadorismo se amplia após os eventos de 2013, culminando em manifestações que se apresentam em 2014, a exemplo da organização de uma nova edição de passeata anticomunista de 64: a *Marcha da Família com Deus*, em mais de 200 cidades.” (BARROCO, 2015, p. 48-49).

15 Irresistível aqui não destacar as preciosas análises do autor em questão acerca das medidas de exceção que passam a ser a regra nas condições mesmas facilitadas

2014, p. 248).

Se o neoliberalismo não pode ser tomado sem a consideração das necessidades e exigências típicas da sociedade mercantil capitalista, sua compreensão não pode se desvencilhar daquelas transformações, pois que constitui um dos determinantes centrais que nelas opera. Não cabe aqui a problematização do significado e do conjunto das consequências de tais transformações, mas é fundamental demarcar que o conservadorismo reatualizado no bojo da rearticulação capitalista via neoliberalismo e reestruturação produtiva possui amplo arco de realização, o que supõe levar em conta também que as transformações operadas desde então são de grande alcance e de naturezas distintas. Assim como daquela rearticulação emergem necessidades sociais que convocam o conservadorismo, passa também a compor as transformações deste tempo, conforme já assinalado anteriormente, o pensamento pós-moderno que ao questionar as conquistas fundamentais da modernidade aqui já lembradas – a razão, o humanismo e o historicismo – define-se muito mais como pensamento antimoderno porque antiuniversalizante e anticlassista, tendo em vista que a noção de classe supõe necessariamente a noção de sujeito social e de história varrida pelo pensamento pós-moderno.

Nesse sentido, acreditamos que o conservadorismo contemporâneo carrega consigo as marcas dessas transformações e sua objetivação sinaliza a reatualização – obviamente que impregnada de inéditas mediações históricas – daqueles dois elementos arrancados de sua gênese histórica: a defesa de valores conservadores em resposta às necessidades sociais advindas da sociabilidade atual; as lutas de classe, cujo impulso implica a colocação de horizontes: de preservação ou superação das condições que justificam as próprias lutas, onde se situa o conservadorismo. Importante anotar – e somente anotar, tendo em vista os claros limites dessas breves reflexões – que as transformações societárias em curso a partir dos anos 1970, de que o neoliberalismo e a reestruturação produtiva são determinantes centrais, contêm as citadas inéditas mediações históricas nas quais se conforma o conservadorismo contemporâneo, cuja adequada apreensão apenas pode se viabilizar se capaz de apreender tais media-

pelo neoliberalismo, ainda que não só. A atualidade dessas análises no momento mesmo em que elaboramos este artigo, nos obriga a explicitar a relevância de a elas recorrer para melhor compreendermos o tempo presente, ou, como talvez preferisse o autor, “o novo tempo do mundo”.

ções, especialmente quando queremos compreender o significado da penetração do conservadorismo no Serviço Social hoje. Para uma profissão marcada historicamente por essa penetração não é difícil, ao nível da análise, reproduzir o significado passado do conservadorismo na profissão hoje, daí a exigência de lucidez teórica e ético-política para apanhar os novos nexos e determinações que atribuem validade histórica, no presente, ao conservadorismo.

Se essas determinações são de conjunto, os traços do conservadorismo tal como se reatualiza nas relações sociais hoje são múltiplos e podem ser considerados em face daquele duplo ângulo já aqui exposto. Assim, a militarização da vida cotidiana e a moralização da *questão social*, entre outros, podem ser tomadas como traços concretos dessa reatualização, viabilizando-se de distintas formas e em distintos espaços. Como dissemos anteriormente, a compreensão dos fundamentos do Serviço Social e, portanto, também da formação profissional supõe a análise dos conteúdos das relações sociais tal como se definem num dado momento histórico. Qualquer discussão dos fundamentos da formação profissional exige assim que sejam problematizados os elementos constitutivos desses conteúdos na contemporaneidade, inclusive como parte necessária das condições sociais nas quais a formação se objetiva. Ao privilegiarmos a problematização do conservadorismo e suas formas de reatualização, concordando com análises que situam a militarização da vida cotidiana, a criminalização dos movimentos sociais, a moralização da *questão social* (BARROCO, 2015) como claros componentes do conservadorismo contemporâneo, cabe aqui salientarmos algumas de suas expressões concretas, a exemplo do Programa Escola sem Partido e do processo de militarização de escolas.

Sobre o primeiro, importa situar que constitui Projeto de Lei (PL 7.180/2014, 7.181/2014, 2.731/2015) que prevê alterações nos currículos escolares, o que exige claramente a própria alteração da Lei de Diretrizes e Bases, na perspectiva de, entre outros aspectos, cercear e coibir a objetivação de uma formação que ultrapasse os conteúdos atinentes a disciplinas específicas, privilegiando o tratamento e a discussão de temas caros à educação e à formação de estudantes, como a orientação sexual, a cidadania, as diferenças de gênero, raça e etnia como expressões da riqueza da diversidade humana, os distintos preconceitos e seu necessário combate, entre tantos outros. Há aqui explícita tentativa de cerceamento ao livre exercício da atividade docente, o empobrecimento da educação como processo que

pressupõe educação para a vida, a recusa dos componentes políticos e ideológicos que constituem a formação, numa concepção que supostamente a neutraliza, e, precisamente por isso, uma clara investida conservadora na educação. Conforme consta no artigo 2º do PL 2.731/2015, seriam princípios do Programa Escola sem Partido:

I. neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; II. pluralismo de ideias no ambiente acadêmico; III. liberdade de consciência e de crença; IV. reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado; V. educação e informação dos estudantes quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença; VI. direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções¹⁶.

O processo de militarização das escolas aponta igualmente para a referida investida conservadora na educação, exprimindo cristalinamente o apelo à ordem e à disciplina como valores orientadores de administrações escolares alinhadas com tal processo; ordem e disciplina que supostamente seriam respostas às exigências da imposição de limites às crianças e adolescentes. Conforme artigo publicado no caderno *Aliás* do jornal *O Estado de São Paulo* em 23 de agosto de 2015, há hoje noventa escolas no Brasil dirigidas pela Polícia Militar:

Muitas pessoas ficam perplexas, outras revoltadas e algumas reagem a favor da decisão de entregar à Polícia Militar a gestão de algumas escolas públicas brasileiras. Tudo começou a partir da ideia do governador Marconi Perillo, que implantou a primeira há poucos anos, em Goiás. Hoje são mais de noventa no país. Em foco: diminuir a indisciplina e os danos ao patrimônio público e melhorar os índices de aprendizagem dos alunos. (ZAGURY, 2015).

A militarização da vida cotidiana implica assim na militarização dos espaços da vida social, das escolas às ruas e periferias, onde as já aqui citadas medidas de exceção, que se tornam regras para a classe trabalhadora mais empobrecida – principalmente seu segmento mais jovem e negro –, se processam paralelamente ao “[...] seu avesso antagônico porém complementar, as políticas sociais, indistintamente públicas e privadas, investidas da mesma urgência da responsabilidade

¹⁶ Extraído de cartilha elaborada pelo Andes, cuja referência encontra-se listada nas referências.

de social em tempos emergenciais” (ARANTES, 2014, p. 243); tempos emergenciais que significam tempos de exceção!

Finalmente, é interessante não deixarmos de anotar que tanto o Programa Escola Sem Partido, quanto a (provável tendência de) militarização das escolas como traços concretos da reatualização do conservadorismo, entre tantos outros, ao se darem no campo da educação sugerem a reafirmação do processo de socialização primária como canal privilegiado da transmissão de valores ético-morais, nesses casos, capturados como canais de viabilização da defesa estratégica dos valores conservadores, além de, ao negarem – como o Programa Escola sem Partido – os componentes político-ideológicos inerentes a todo e qualquer processo formativo indicarem seus traços conservadores, contribuindo para o esfumaçamento da luta de classes. Novamente aqui aquele duplo ângulo que percorreu nossas reflexões salta aos olhos, deixando em aberto a necessidade de exames atentos à reatualização do conservadorismo, da qual certamente o Serviço Social não tem escapado, mas, certamente, traz em sua bagagem condições teóricas e ético-políticas ao seu enfrentamento.

3 Algumas sugestões para a discussão dos desafios ético-políticos para a formação profissional

A afirmação da existência de uma bagagem recheada de condições teóricas e ético-políticas ao enfrentamento prático do conservadorismo contemporâneo não equivale a uma compreensão de que sua suficiência basta para a efetivação de tal enfrentamento. Se por um lado é necessário avançar na luta, por outro, é preciso capacidade para a reafirmação daquela bagagem. Muito combinado ao tom problematizador desse artigo, seguem abaixo alguns elementos que acreditamos possuir relevância ao debate sobre a formação profissional na contemporaneidade, seus fundamentos e desafios ético-políticos:

- a) a apreensão não dogmática e competente da herança teórica que o Serviço Social brasileiro foi capaz de construir no campo da tradição marxista, assegurando a apropriação densa e intensa dos fundamentos da vida social, da formação social brasileira e do trabalho profissional, os quais balizam a formação profissional;

- b) a capacidade de apreender as múltiplas determinações contemporâneas em que se processa a luta de classes, nas quais as forças mais conservadoras legatárias da formação social do Brasil se reatualizam por meio da criminalização da pobreza e das lutas sociais, das defesas e práticas autoritárias;
- c) os desafios que essa conjuntura aparentemente tensionada entre a defesa do Estado democrático de direito e o combate “as práticas de corrupção” lega à luta de classes e ao Serviço Social. Como defender as conquistas duramente efetivadas na cultura política deste País sem abrir mão da crítica às estratégias utilizadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores para desregular direitos trabalhistas e sociais e criminalizar as lutas sociais (vide a Lei Antiterrorismo)? Também expressa tais processos de desregulamentação, o desmonte do ensino superior nas últimas décadas, em que as instituições de ensino têm sido geridas por grandes conglomerados que ao mercantilizarem a formação profissional, tendo em vista seus lucros e rendimentos: superlotam as salas de aula; produzem o chamado “ensalamento” em que semestres distintos convivem na mesma sala de aula, sendo o docente convocado a ministrar mais de um componente curricular ao mesmo tempo; imprimem aos docentes profunda precarização das condições de trabalho, dentre as quais alterações contratuais a cada semestre em função da organização/ distribuição de horas/aulas; contribuem para a reconfiguração do papel das coordenações de curso que tendem muito mais à gerência do “negócio educação” do que à direção de processos formativos; e o ensino a distância e sua penetração nos currículos implicando a destruição de sua lógica, entre tantas outras implicações de sua incorporação crescente no ensino superior. Aqui, cabem diversas indagações acerca da viabilização das Diretrizes Curriculares, quer seja nessas condições do ensino superior privado e empresarial, quer seja nas condições do ensino superior nas universidades públicas, cujas particularidades não eliminam a precarização das condições de ensino e do trabalho docente;
- d) a lucidez teórica e política para decifrarmos o/s projeto/s, interesses e organizações dos trabalhadores, cuja hetero-

geneidade ao mesmo que qualifica as resistências produz riscos de fragmentação e dificuldade de unidade na luta, na perspectiva de coadunarmos com aqueles que combatem toda forma de preconceito, autoritarismo e opressão, defendem intransigentemente os direitos humanos e concebem a democracia e a liberdade para além das fronteiras restritivas do capitalismo.

Indubitavelmente, inúmeros são os desafios ético-políticos postos ao Serviço Social e à formação profissional hoje. Mas, talvez caiba, nas linhas finais de nossas problematizações, a indicação de que, se as Diretrizes Curriculares são um componente privilegiado do projeto profissional e em face das condições objetivas que determinam a formação profissional neste momento histórico não podemos prescindir da construção de debates em que possamos explicitar – inclusive a partir de nossas inserções profissionais e nos espaços de militância política – aquelas condições e nossas apreensões e interpretações do tempo presente; afinal, todo debate supõe embates e confrontos, cujo sentido não pode ser outro senão o de nos guiar rumo à continuidade das lutas.

Referências

ABESS. Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social; CEDEPESS. Capacitação, Assessoria e Consultoria em Políticas Públicas. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, ano XVII, p. 143-171, abr. 1996.

ANDES. **Projeto do capital para a educação**: análise e ações para a luta. Brasília-DF: Sindicato dos Docentes do Ensino Superior (Cartilha), 2016.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 4).

_____. **Neoconservadorismo e irracionalismo contemporâneo**: fun-

damentos teóricos e manifestações ídeo-culturais. São Paulo: Relatório de pesquisa (Cnpq), 2015.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1/2.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Questão social no capitalismo. **Temporalis**. Brasília-DF, Ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jun., 2001.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI**: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2004.

PAULO NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete, GOMES, Luciano; BRAVO, Maria Inês de Souza

et al. (Orgs.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

NISBET, Robert. Conservadorismo e sociologia. In. MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade. **Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília-DF: ABEPSS, CFESS, CEAD/UNB, 1999.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. O neoliberalismo em debate. In. _____; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

ZAGURY, Tânia. Sob rédeas curtíssimas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 ago. 2015. Disponível em: < <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,sob-redea-curtissima,1748670>> Acesso em: 12 fev. 2016.

